

**Exmo. Senhor Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas,
Exma. Senhora Juíza Conselheira da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas,
Exmos. Senhores Presidentes de Câmara,
Demais Entidades,
Minhas Senhoras e meus Senhores,**

Começo por agradecer, em nome do Senhor Presidente do Governo Regional da Madeira, o convite endereçado pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas para presidir à sessão de abertura desta conferência, que se revela de grande oportunidade.

De facto, pretendendo refletir e despertar uma atitude construtiva sobre a política, os políticos e a gestão dos dinheiros públicos, esta conferência tem toda a pertinência e convoca a sociedade para a discussão de temáticas que a todos diz respeito.

Por outro lado, constitui também uma excelente oportunidade para o Governo Regional explicar o esforço que tem vindo a ser feito no sentido de instituir cada vez maior rigor, verdade, transparência e responsabilização na gestão dos dinheiros públicos.

A confiança, alguém o disse, é o mais importante dos sentimentos na governação.

“Ou existe ou não existe. Nenhum poder a pode instituir. Nenhum governo a pode decretar. Leva muito tempo a construir e muito pouco tempo a destruir”. Fim de citação.

O mesmo se passa com a credibilidade; demora também muito tempo a construir e perde-se num ápice.

Para que exista, a confiança requer transparência e verdade, competindo aos decisores políticos alcançar para si próprios uma autoridade irrefutável, de credibilidade, que lhes permita impor as suas decisões com independência e determinação.

Minhas senhoras e meus senhores,

A cultura da responsabilidade financeira é, para nós, uma questão prioritária e de convicção.

Fator estruturante do nosso Programa, apresentámos como objetivos centrais o equilíbrio sustentado das contas públicas, o controlo do endividamento e da dívida, garantidos através de uma política orçamental assente nas nossas reais disponibilidades financeiras.

Os tempos que vivemos não exigem menos do que isto!

Não basta assegurar a legalidade dos gastos públicos.

É também importante garantir que há, efetivamente, eficiência e eficácia, leia-se, boa gestão financeira dos dinheiros públicos, que é dinheiro de todos e que, por isso, requer ainda maior exigência na sua aplicação.

Num quadro de recursos financeiros limitados, a nossa principal preocupação é a de aumentar a qualidade da despesa pública, que tem necessariamente de promover a satisfação do bem-estar das populações.

Por outro lado, e tal como temos vindo a afirmar, a transparência da atuação pública é para nós não só um fator crítico, mas sobretudo um ponto de honra.

Nestes seis meses de governação, essa forte vontade política tem sido concretizada, desde logo, através da divulgação mensal da execução orçamental, cuja análise reporta sobre a evolução da receita e da despesa, dos passivos, das dívidas em atraso e sobre a situação financeira das empresas públicas reclassificadas.

Da mesma forma, e procurando acabar com as dúvidas sistemáticas sobre as contas públicas regionais, o Governo Regional passou a publicar trimestralmente a dívida global, financeira e comercial, de todas as entidades públicas regionais, incluindo todo o setor empresarial, assim como a dívida de Maastricht e a dívida garantida, numa atitude sem precedentes em todo o país.

É ainda divulgada informação periódica sobre o Setor Empresarial, sendo o nosso próximo objetivo a divulgação, já a partir do primeiro semestre do próximo ano, dos dados detalhados do emprego público.

Com a divulgação de toda esta informação, de forma transparente e de acordo com um calendário que é público, estável e pré-definido, facultamos aos contribuintes ferramentas essenciais para que possam avaliar, a todo o tempo, a gestão dos recursos que é feita pelos decisores políticos, numa interação que beneficia a todos.

Que não restem dúvidas sobre a transparência e a fiabilidade da informação que é divulgada sobre as nossas contas, incluindo das responsabilidades perante terceiros.

Tal não invalida, contudo, que se prescindia da opção, e do direito, de apenas contabilizarmos como responsabilidades os valores que consideramos como efetivamente devidos a terceiros, sendo perfeitamente normal, inclusive, que nalguma eventual situação estejamos em desacordo, nesta matéria, com o Tribunal de Contas.

Esperamos que nesses casos, em que estamos apostados a defender convictamente os dinheiros públicos, e se tal ocorrer, não sejamos acusados de qualquer ocultação de responsabilidades.

Minhas senhoras e meus senhores,

Em termos de resultados, e como é hoje amplamente reconhecido, estamos a progredir positivamente, com correção dos desequilíbrios, o que permitiu reduzir a dívida global em mais de 520 milhões de euros nos últimos 3 anos e meio.

Com efeito, depois da nossa dívida global ter aumentado de 2011 para 2012, fruto sobretudo da execução orçamental, cerca de 300 milhões de euros, passando dos 6,3 para os 6,6 milhões de euros, a partir de 2013, inclusive, a dívida tem vindo a diminuir ano após ano, atingindo atualmente cerca de 6,1 mil milhões de euros, com uma tendência decrescente, que será comprovada pelos dados que serão em devido tempo divulgados.

Outra prova de que estamos no caminho certo em matéria de gestão financeira e orçamental, tem sido dada pelas sucessivas avaliações positivas do nosso Programa de Ajustamento, vista como uma “assistência bem aproveitada”, como a este processo já se referiu o Primeiro-Ministro, visão com a qual partilhamos, já que tirámos partido de uma situação adversa para melhor nos prepararmos para o futuro.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Não obstante estes bons resultados, o Governo Regional continua determinado em vencer os desafios com que está confrontado, reconhecendo nos atores do Poder Local parceiros estratégicos no apoio ao crescimento económico, social e cultural da nossa Região.

Não posso deixar passar esta ocasião sem enaltecer o papel que a Administração Local tem tido não só no desenvolvimento do nosso país, mas também no processo de consolidação das nossas contas públicas, sendo de destacar a este respeito:

- Os superávites alcançados desde 2012, em contraste com os sucessivos défices do Estado;
- A evolução do total da dívida bruta e da dívida líquida nos seus componentes de curto, médio e longo prazo, que têm vindo a baixar desde 2010;
- E a redução significativa do número de trabalhadores, na ordem dos 11% entre o final de 2011 e junho de 2015.

E aqui chegados importa sublinhar que a consolidação das contas públicas do país não pode continuar a ser feita de forma cega, e sempre à responsabilidade dos mesmos.

É que olhando para os números, não podemos deixar de ter a perceção de que a mesma Administração Central que não consegue impor a si própria medidas de consolidação, é a mesma que impõe à Administração Local, de forma diria implacável, regras de consolidação que parecem servir para compensar o seu insucesso nesta matéria.

Como consequência, muitas Autarquias deixaram de ter condições para, no âmbito das suas competências, responder com o mínimo de eficácia e de forma pronta às solicitações das populações que servem.

Da parte do Governo Regional, quero aqui reafirmar que o Poder Local terá sempre da nossa parte um parceiro na defesa dos seus legítimos anseios, já que é por demais evidente que é muito mais aquilo que temos em comum do que as matérias que nos separam sendo, por isso, muito mais racional que façamos um esforço conjunto para resolver os problemas da nossa Região.

Gostaria ainda de sublinhar a evolução positiva da situação financeira da generalidade dos municípios da Região, o que começa a permitir a devolução de algum rendimento aos munícipes, num quadro que se deseja de manutenção do rigor e da responsabilidade financeira.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Não podia terminar esta minha intervenção sem deixar uma palavra de grande apreço sobre o serviço público que a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas tem prestado com a divulgação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, destacando a importância deste instrumento de trabalho para a transparência das contas públicas e para a reflexão de todos os agentes que intervêm direta e indiretamente no desenvolvimento local e regional.

Muito obrigado.